

**Avaliação na educação básica: assimilação e efetivação de resultados na gestão escolar****An analysis of school evaluation in basic education: assimilation and effectiveness of results**

DOI:10.34117/bjdv6n6-206

Recebimento dos originais: 07/05/2020

Aceitação para publicação: 09/06/2020

**Aline Soares Campos**

Professora de Educação Física da Secretaria da Educação Básica – SEDUC-CE – Coordenadora

Escolar da EEFM Santa Luzia - Integrante do GEPEFE

E-mail: aline.campos@prof.ce.gov.br

**Paula Andrea Oliveira Dantas**

Professora da Secretaria da Educação Básica – SEDUC-CE - Diretora da EEFM Santa Luzia

E-mail: andreadantas@gmail.com

**Adriana Schneider Muller Konzen**

Professora da Secretaria da Educação Básica – Articuladora de Gestão da SEFOR 2

E-mail: adrikonzen1@gmail.com

**José Eduardo Nobre Maia**

Professor da Secretaria da Educação Básica – SEDUC-CE – Superintendente das Escolas Estaduais de Fortaleza – SEFOR 2

E-mail: eduardonobre78@gmail.com

**Heraldo Simões Ferreira**

Professor da Universidade Estadual do Ceará – UECE – Coordenador do Grupo de Estudos e

Pesquisa em Educação Física Escolar - GEPEFE

E-mail: heraldo.simoes@uece.br

**RESUMO**

O Ministério da Educação - MEC realiza sistematicamente um conjunto de avaliações externas em larga escala, sendo coordenado pelo Inep em colaboração com as secretarias estaduais. Estas pesquisas proporcionam a obtenção de estatísticas das condições de oferta e atendimento do sistema educacional brasileiro, na educação básica, reunindo informações sobre todas as suas etapas e modalidades de ensino, e compoendo um quadro detalhado sobre os alunos, os profissionais escolares, os gestores, as turmas e as escolas. Os dados e informações apuradas pela pesquisa subsidiam a operacionalização de importantes políticas públicas, programas governamentais e ações setoriais nas três esferas de governo. Os resultados destes estudos embasaram a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que mede o desempenho escolar através da avaliação da aprendizagem e fluxo, cuja combinação tem o mérito de equilibrar as duas dimensões do sistema nacional de ensino. Existe uma dificuldade em demonstrar a relação entre desempenho escolar e a

qualidade da escola possivelmente porque atributos escolares importantes para a aprendizagem podem não ser mensuráveis pelos métodos tradicionalmente aplicados. Para preencher esta lacuna foi implantado no estado do Ceará um sistema permanente de avaliação que realiza a avaliação externa de cada escola e a realização de avaliações longitudinais. Neste sentido, é necessário analisar em cada escola os resultados dos indicadores de qualidade educacional e do estudo longitudinal das médias de desempenho, bem como a influência dos fatores escolares para identificar as variáveis contextuais que melhor diferenciam o desempenho obtido pelos estudantes das escolas públicas. Aproximando os dados quantitativos com o ponto de vista dos diversos atores da comunidade escolar, será possível correlacionar as contribuições destes dois campos de investigação na busca pelo ensino-aprendizagem de qualidade. Para subsidiar as discussões, adotamos como metodologia a abordagem etnográfica visando integrar os dados quantitativos das avaliações externas e os dados qualitativos do cotidiano escolar. O objetivo deste trabalho foi elaborar um modelo de organização e planejamento que incorpore, ao cotidiano escolar, os resultados das avaliações externas do âmbito das escolas estaduais em Fortaleza. Visa também, dar subsídios para a criação de uma Comissão Própria de Avaliação – CPA, em cada unidade escolar, que a priori, acreditamos alavancaria os índices e melhoraria a avaliação ensino-aprendizagem.

**Palavras-chave:** Educação Básica; Avaliação; Gestão Escolar.

#### **ABSTRACT**

The Brazilian Department of Education - MEC systematically conducts a series of external evaluations on a large scale, being coordinated by Inep in collaboration with the state departments. These surveys provide the obtaining of statistics on the conditions of supply and attendance of the Brazilian educational system, in basic education, gathering information on all its stages and teaching modalities, and composing a detailed picture about students, school professionals, managers, classes and schools. The data and information collected by the research support the operationalization of important public policies, government programs and sectorial actions in the three spheres of government. The results of these studies supported the creation of the Basic Education Development Index - IDEB, which measures school performance through the assessment of learning and flow, whose combination has the merit of balancing the two dimensions of the national education system. There is a difficulty in demonstrating the relationship between school performance and school quality, possibly because school attributes important to learning may not be measurable by traditionally applied methods. To fill this gap, a permanent evaluation system was implemented in the state of Ceará, which carries out the external evaluation of each school and conducts longitudinal evaluations. In this sense, it is necessary to analyze in each school the results of educational quality indicators and the longitudinal study of performance averages, as well as the influence of school factors to identify the contextual variables that best differentiate the performance obtained by students in public schools. By approaching the quantitative data with the point of view of the different actors in the school community, it will be possible to correlate the contributions of these two fields of research in the search for quality teaching-learning. To support the discussions, we adopted as methodology the ethnographic approach aiming to integrate the quantitative data from external evaluations and the qualitative data from the school routine. The objective of this work was to elaborate a model of organization and planning that incorporates, in the school routine, the results of external evaluations of the scope of state schools in Fortaleza. It also aims to provide subsidies for the creation of an Own Evaluation Committee - CPA, in each school unit, which a priori, we believe would leverage the indexes and improve the teaching-learning evaluation.

**Keywords:** Basic Education; Evaluation; School Management.

## 1 INTRODUÇÃO

A avaliação da educação brasileira é recente pois teve sua configuração inicial no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB – ao final da década de 1980, vindo a consolidar-se na segunda metade dos anos de 1990, quando foi também reestruturado e modernizado o sistema de estatísticas e indicadores educacionais (Freitas, 2004). Nesse período, foram ampliados os meios operacionais de centralização da avaliação educacional com a inclusão de exames nacionais: o Exame Nacional do Ensino Médio - Enem - e o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA.

O SAEB é um conjunto de avaliações externas em larga escala, por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, cujos resultados embasaram a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. O IDEB sintetiza em um único indicador dois conceitos importantes para aferir a qualidade do ensino no país: Fluxo (Representa a taxa de aprovação dos alunos) e Aprendizado (Corresponde ao resultado dos estudantes no SAEB, aferido tanto pela Prova Brasil, avaliação censitária do ensino público, e a ANEB, avaliação amostral do SAEB).

O IDEB possibilita a mobilização da sociedade em favor da educação de qualidade, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo, cuja combinação tem o mérito de equilibrar as duas dimensões de um sistema de ensino. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE que estabelece, como meta, que em 2022 o IDEB do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos.

No Ceará, Vieira (2007) mostra que a apuração de resultados mediante relatórios, o fomento ao acompanhamento do trabalho desenvolvido na escola e a democratização das informações são alguns pontos fortes do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE, que na vertente da Avaliação de Desempenho Acadêmico, caracteriza-se como avaliação externa em larga escala que avalia as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática. As informações coletadas a cada avaliação identificam o nível de proficiência e a evolução do desempenho dos alunos.

Apesar de todo o esforço avaliativo federal e estadual, ainda tem sido difícil oferecer, a partir dos resultados do SAEB, explicações bem fundamentadas sobre os fatores escolares que influenciam o aprendizado dos alunos. Para Bourdieu (1998) os alunos não são indivíduos abstratos que competem em condições relativamente igualitárias na escola, mas atores socialmente constituídos que trazem,

em larga medida incorporada, uma bagagem social e cultural diferenciada e mais ou menos rentável no mercado escolar.

Os resultados das avaliações externas para escola, passam a ser considerados como pistas que indicam como o educando está relacionando os conhecimentos que já possui com os novos conhecimentos que vão sendo adquiridos, admitindo uma melhor compreensão dos conhecimentos solidificados e interação necessária em um processo de construção e de reconstrução (Campos, 2009).

A busca de fatores escolares que promovem a eficácia e a equidade, os efeitos de sala de aula, efeito de professores e igualdade de oportunidades como preconiza a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, demanda um grande número de observações por escola, esta necessidade está em oposição aos métodos do SAEB, onde se obtém melhor precisão nas medidas quando as observações se espalham em mais escolas, com menor número de observações por escola.

A dificuldade em demonstrar a relação entre qualidade da escola e desempenho escolar pode estar relacionada ao fato de que os dados disponíveis para representar a qualidade da escola podem ser inadequados, ou seja, os atributos escolares importantes para a aprendizagem podem ser não observáveis ou não mensuráveis pelos métodos tradicionais. Gremaud, Felício e Biondi (2007) mostram que mesmo utilizando dados dos censos escolares na aplicação dos modelos do INEP para a prova Brasil, nos resultados para os alunos da 8ª série, o poder explicativo da regressão, atingiu somente 47,5% para o caso das notas de Língua Portuguesa e 50% das notas de Matemática.

Para estes autores as avaliações nacionais elaboradas com o propósito de traçar um panorama da qualidade da educação básica no Brasil oferecem uma riqueza de resultados primários, por exemplo, média de desempenho nacional, por regiões e unidades da Federação, e, nas mais recentes, até mesmo resultados por municípios e escolas. Esses resultados, entretanto, são médias de desempenho dos alunos e não são suficientes para uma efetiva comparação e análise da qualidade das escolas.

Somente num estágio mais avançado de visão estratégica contém a capacidade de pensar e identificar causas para as consequências que afetam o desempenho das atividades conhecidas como visão sistêmica. É como olhar de cima e ver o todo e não as partes, gerando autocríticas, pois se percebe que estamos inseridos nesse sistema analisado, pois a educação faz parte de um todo. Essa visão abrangente vai gerar ainda mais compromissos e responsabilidades com as atividades estratégicas, ou seja, alterar o próprio comportamento, rever os hábitos, alterar os métodos utilizados. Em comparação, estaríamos dentro de uma cadeia produtiva da economia ou ecologia onde o SAEB corresponde ao produtor primário e a sociedade o consumidor final dos resultados, sendo a escola como o penúltimo nível ou elo desta cadeia.

Este trabalho tem por objetivo estudar, sob a ótica da visão sistêmica da educação, como incorporar os resultados das avaliações externas validando o processo ensino-aprendizagem no dia a dia escolar, respondendo duas questões: Quais os mecanismos de assimilação? Como essa ação será coordenada? Com isto será possível identificar as principais causas relacionadas às dificuldades na implantação e viabilização deste modelo. Aqui entendemos assimilação de dados como uma técnica da análise de dados, dentro da teoria de estimação de problema inverso empregado para realizar adequadamente a inserção de dados de observação em um sistema, no nosso caso o educacional.

## **2 METODOLOGIA**

A metodologia da pesquisa científica se apresenta como um instrumento fundamental na busca da construção e evolução do conhecimento humano, vinculada a normas metodológicas oriundas da Ciência, que devem ser seguidas com vistas a aquisição e construção de novos saberes. Por isso, a ciência é uma atividade primordial, na qual o pesquisador se adapta para realização de um estudo delimitando espaço, tempo e objeto.

Visando integrar os dados quantitativos das avaliações externas e os dados qualitativos do cotidiano escolar, adotamos como metodologia a abordagem etnográfica. A etnografia como abordagem de investigação científica traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas, em particular para os estudos que se interessam pelas situações sociais que trabalham o sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas.

Os procedimentos constaram de revisão integrativa através da aplicação das seis fases deste processo: elaboração da pergunta norteadora, busca ou amostragem na literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, discussão dos resultados e apresentação da revisão.

A amostragem na literatura através do cruzamento de informações dos nomes de autores, assunto, período de publicação, tipo de publicação e categoria, foi a base principal para a aplicação da metodologia da busca bibliográfica. Dentre estes os que melhor ofereceram um maior número de referências cruzadas foram os assuntos e nome de autores. As ferramentas são divididas em buscadores genéricos como o Google, Yahoo, entre outros, e buscadores específicos como o Portal Capes, o Google Acadêmico, SciELO, entre outros (Traina e Traina Jr, 2009).

A pesquisa ou busca pode ser feita de duas formas: por abrangência e por profundidade. Na primeira é utilizada toda uma lista de palavras-chave, de uma vez só, para uma busca dos diversos artigos ligados a elas, por exemplo “Avaliação na Educação”. Na segunda utiliza-se apenas uma palavra-chave, busca os artigos referentes à essa palavra, e em seguida estuda todos os artigos obtidos, e depois volta a atualizar a lista com novas palavras-chave.

Também foram incorporados os conhecimentos da observação participante com os gestores e professores, além de acompanhar as atividades nas salas de aulas e analisar os documentos da escola.

### **3 ASSIMILANDO RESULTADOS**

O IDEB como indicador de qualidade educacional, combina o desempenho dos alunos na Prova Brasil com o rendimento escolar, medido pelos índices de aprovação obtidos no censo escolar. Assume que as escolas devem ser avaliadas não só pelos seus processos de ensino e gestão ou pelos recursos disponíveis, mas também pelo aprendizado de seus alunos sobre as capacidades básicas e pela sua trajetória escolar. A concepção básica de qualidade de ensino deste indicador é de que “o aluno aprenda e passe de ano” assim, teríamos um sistema de ensino ideal, no qual as crianças têm acesso, não apresentam distorção idade-série devido às sucessivas reprovações, não abandonam a escola e ao final aprendem (Mesquita, 2012).

Na realidade, ainda que a avaliação nacional tenha importantes limitações para a investigação de efeitos causais, é inegável que os dados da avaliação em larga escala oferecem oportunidade ainda ímpar para que se investiguem empiricamente as consequências de políticas e práticas educacionais. Em colaboração com os governos estaduais o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE introduziu, a partir de planejamentos estratégicos, nas escolas públicas das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, a avaliação externa institucional e a realização de avaliações longitudinais (Franco, 2001).

O Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Educação - SEDUC, vem implementando, desde 1992, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE, cujo acompanhamento é realizado em nossa capital, pela Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza – SEFOR, parte integrante da estrutura da SEDUC responsável por promover a execução das políticas educacionais das 169 escolas organizadas em SEFOR 1 (56 escolas), SEFOR 2 (57 escolas) e SEFOR 3 (56 escolas) estaduais de Fortaleza.

Para o acompanhamento do SPAECE foi desenvolvido um sistema próprio de avaliação da educação básica identificado como Sistema Integrado de Gestão Escolar – SIGE, que representa a ferramenta de integração on-line entre as escolas, e possibilita o monitoramento, acompanhamento, suporte e avaliação das escolas. O SIGE é um sistema informatizado que tem como objetivo principal armazenar dados relacionado à rede de escolas para serem monitorados e acompanhados pela Secretaria de Educação, em tempo hábil. Essa plataforma visa privilegiar uma base de dados fiel, que reflita de fato a realidade das escolas.

O SIGE tem como principais características a integração com os demais sistemas governamentais como Educacenso, responsável pelo controle das informações do Censo Escolar

realizado pelo INEP e o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. O SIGE foi projetado para atender à política de descentralização de informações da SEDUC, concedendo acesso às informações de cada escola e, ao mesmo tempo, a Secretaria de Educação pode ter ciência sobre todas unidades educacionais, com segurança e transparência. O SIGE em relação a orientação à gestão educacional, gera indicadores de desempenho e relatórios gerenciais, otimizando um maior controle sobre as situações encontradas no cotidiano escolar e aumentando a velocidade da resolução de problemas. Com base na análise dos dados contemplados nos relatórios emitidos através do SIGE, os gestores educacionais e escolares conseguem avaliar, planejar e propor as políticas de educação.

Todos estes mecanismos de integração de informações fizeram com que o estado do Ceará despontasse no cenário nacional como um dos pioneiros no desenvolvimento da gestão por resultados. Segundo Dusi (2017) o estado foi um dos pioneiros na implementação de políticas públicas de gestão educacional voltadas para resultado, acompanhados de um bom desempenho nos índices educacionais. Duas ideias importantes e provenientes da gestão por resultados incorporadas pela administração pública cearense foram as concepções de avaliação e o monitoramento da gestão escolar.

Magalhães Júnior e Farias (2016) mostram que o processo de construção do SPAECE está em acordo com as ações da esfera do Governo Federal. A institucionalização do sistema de avaliação da educação básica esteve articulada e orientada pelos ciclos de avaliação do SAEB. Afirmam ainda, que a perspectiva de accountability (prestação de contas ou responsabilização) tem sido uma marca presente na constituição do SPAECE e no SAEB, com os resultados das avaliações sendo utilizadas para a tomada de decisão em relação às políticas públicas em educação e pelo qual as avaliações educacionais devem ser realizadas.

Para Santos e colaboradores (2015) a aplicação censitária do SPAECE no ensino médio proporcionou avanços significativos na produção de informações, transparência dos resultados gerais e individualizados sobre o desempenho dos alunos avaliados, possibilitando novos olhares e análises dos dados na perspectiva de melhor orientar o trabalho pedagógico interventivo. Ressalta também a necessidade de uma maior apropriação e compreensão dos resultados pelo corpo docente, com a finalidade de utilização dos resultados para melhorar a aprendizagem dos alunos no Ensino Médio.

Medeiro e colaboradores (2020) aplicaram uma ferramenta de redução de dimensionalidade, para identificar padrões visando caracterizar a relevância das habilidades matemáticas de uma determinada população, medida por uma avaliação em larga escala. Em particular, analisaram os dados coletados no SPAECE e apresentam como resultado principal, que o fraco desempenho dos examinados no final do ensino médio é causado principalmente por suas deficiências no sentido

numérico. Mostrado que a disponibilização de dados permite a elaboração de estudos multidisciplinares e aplicáveis ao ensino-aprendizagem.

Apesar de todas estas facilidades, a utilização das informações disponibilizadas no SIGE ainda não é devidamente aplicada no dia a dia das escolas. Para Soares e Werle (2016) essa constatação os leva a refletir até que ponto os dados individuais contidos nessas avaliações têm, realmente, contribuído para o trabalho dos gestores, professores e alunos na escola. As primeiras análises sugerem que as escolas com melhores índices conseguiram sucessos por colocar como foco do trabalho pedagógico o processo de ensino-aprendizagem. Esse foco estende-se ao longo de todo o processo de escolarização ofertado na rede estadual de ensino.

O trabalho de Souza (2006) reforça esta tese, mostrando que não existe uma formalização desta ação no Estado, pois os atores dessas ações têm demandas da rotina escolar que prejudicam e invalidam o acompanhamento. Dessa forma, asseveram, que ainda não possuímos medidas efetivas e eficazes para essas atuações de gerenciamento e acompanhamento a nível de cada unidade escolar, para melhoria da avaliação ensino-aprendizagem e resultados efetivos.

A utilização das informações disponibilizadas através do SIGE não faz parte efetivamente, do dia a dia escolar, apesar de ser facilmente acessível por toda a comunidade, aqui ressaltando que seu uso deveria subsidiar o processo de transformação do ensino-aprendizagem e contribuir ativamente, para o processo de transformação dos educandos. A questão que levantamos é quem será o responsável pela assimilação destes dados no ambiente escolar? Quem irá tomar a decisão de incluir a efetivação destes dados?

Para Vianna (2009) o processo de tomada de decisão é uma parte muito importante do trabalho de todo gestor, pois são as orientações e deliberações que definem os rumos da escola e de todos os envolvidos, e independentemente do volume das informações disponíveis no momento, a qualidade é essencial para que não haja erros. Ressalta-se que as decisões que são adotadas sem um embasamento claro e formal são aquelas que chamamos de intuição, mas na verdade, essas ações são fundamentadas em algum conhecimento: a experiência. O ser humano tem uma tendência natural de fazer reconhecimentos de padrões, que por mais que não se saiba explicar o motivo, conseguimos refletir e decidir o que fazer com base em tudo aquilo que já vivenciamos. Se podemos utilizar, consciente ou inconscientemente, nossa carga de informações adquiridas para uma tomada de decisão, imagine se incluirmos o poder da informação através de um levantamento prévio e bem estruturado dos dados sobre uma situação.

Os dados representam a matéria-prima a ser utilizada na produção de informações. Em suma, dados são sinais que não foram processados, correlacionados, integrados, avaliados ou interpretados de qualquer forma. Informações são retiradas dos dados coletados, organizados, ordenados, aos quais

são atribuídos significados e contexto. Capturar os dados e traduzi-los em informações é crucial para uma tomada de decisão precisa e eficiente. O uso de informações na gestão escolar torna-se fundamental para avaliar o desempenho dos diversos atores, além de realizar comparações com organizações similares e, assim, determinar metas para aonde queremos chegar.

O conhecimento é um conjunto de informações que incluem reflexão, síntese e contexto, sendo associada uma certa dose de inteligência que é capaz de fazer associações entre informações, experiências e conceitos e elaborar conclusões. Como discutido anteriormente, as organizações escolares estão repletas de dados que poderiam tornar-se informações valiosas para o ensino-aprendizagem ou de ante de um problema de decisão. No entanto, muitas vezes essas informações não são usadas, seja por falta de sua disponibilidade ou por não estarem apresentadas de forma mais adequada.

Assim é necessário analisar em cada escola os resultados do IDEB (indicador de qualidade educacional) e do SPAECE (estudo longitudinal das médias de desempenho), bem como a influência dos fatores escolares para, por meio de análises discriminantes, identificar as variáveis contextuais que melhor diferenciam o desempenho obtido pelos estudantes das escolas públicas (Lacruz, Américo e Carniel, 2019).

#### **4 COMISSÃO DE AVALIAÇÃO: DISCUTINDO POSSIBILIDADES**

No ensino superior, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. O processo de avaliação leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente. O SINAES reúne informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e das avaliações institucionais e dos cursos. As informações obtidas são utilizadas para orientação institucional de estabelecimentos de ensino superior e para embasar políticas públicas. Os dados também são úteis para a sociedade, especialmente aos estudantes, como referência quanto às condições de cursos e instituições.

Em cada uma destas instituições é obrigatório a constituição de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) de acordo com a Lei Nº 10.861, de 14/04/2004 (SINAES). A CPA é responsável por coordenar a auto avaliação institucional, desde a elaboração do método, passando por sua implementação e sistematização dos resultados, até a elaboração do Relatório Anual de Avaliação Institucional, que subsidia o Planejamento Administrativo e Pedagógico da Instituição.

Assim, desde o nosso ponto de vista, acreditamos que somente com a constituição de uma CPA poderemos elaborar uma autoavaliação para diagnosticar os fatores escolares mais relevantes para o ensino-aprendizagem e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica, por meio

do desenvolvimento e implementação, na área educacional, de sistemas de informação (SIGE) e documentação que abrangem estatísticas, avaliações, práticas pedagógicas e de gestão das políticas educacionais.

De acordo com a concepção teórica que preconiza a autoavaliação institucional como atividade coletiva que busca a participação e o engajamento dos agentes internos à escola, discentes, docentes, técnico-administrativos e famílias são legítimos partícipes do processo avaliativo. A autoavaliação institucional poderá vir a ser promovida através de inúmeros procedimentos técnicos, dentre os quais destacamos: uso de dados básicos de informações e de indicadores, que sejam relevantes ao propósito de compreensão da escola enquanto instituição estadual (SIGE); uso de dados e de informações resultantes de pesquisa de campo (coleta de dados através de questionários e/ou entrevistas); uso de dados e de informações resultantes de pesquisa documental (consultas aos relatórios institucionais e aos principais veículos de comunicação interna).

O Artigo 11 da Lei Nº 10.861 (SINAES) define que cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá uma CPA, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. A constituição da CPA realizada por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade e da sociedade civil organizada.

A Secretaria Escolar concentra informações vitais para a gestão geral da escola, e onde os estudantes, professores, coordenadores, diretores e pais mantêm contato constante com esta unidade, solicitando as mais diversas providências. Enumerando os principais registros, destacam-se as seguintes atividades como matrículas, históricos escolares, diários de classe, calendário escolar e horário de atividades, frequência de alunos, frequência de professores, técnicos e funcionários, atas de reuniões, livro de protocolo, dados estatísticos, regimento escolar, projeto pedagógico e demais procedimentos ao bom funcionamento da escola.

Segundo o Manual do Secretário escolar a secretaria da escola é o setor que tem como principal função a realização de atividades de apoio ao processo administrativo-pedagógico, onde se concentram as maiores responsabilidades relativas à vida escolar do estudante e da própria instituição. Constitui-se, pois, como centro das atividades administrativas e pode ser considerada como base para uma eficiente gestão escolar (Ceará, 2005).

É também difícil imaginar o cotidiano de uma instituição de ensino sem o uso de ferramentas tecnológicas, em especial no âmbito da gestão escolar. Conceitos originários do mundo corporativo - como agilidade administrativa, eficiência na prestação de serviços (internos ou externos), confiabilidade das informações, avaliação de desempenho, gestão por indicadores e boa

comunicação, são hoje tão necessários na escola como em qualquer empresa de outra natureza. Estamos diante de um novo tempo na organização administrativa escolar, pois o fluxo e a diversidade de documentos aumentam visivelmente, neste sentido as escolas do estado do Ceará já têm a disposição de todas estas tarefas o software SIGE, onde todos estes dados estão disponibilizados para toda a comunidade escolar.

Apesar de todo o avanço tecnológico, nenhuma escola se tornará eficiente na sua gestão administrativa e pedagógica sem o empenho dos recursos humanos. Os profissionais envolvidos nesse processo precisam ser capacitados continuamente e, principalmente, comprometidas com esse trabalho. A qualidade não se faz só com tecnologia. Ela se faz com pessoas capacitadas, treinadas, lideradas e motivadas. Qualidade em educação se faz com participação e envolvimento das pessoas. Neste sentido, o envolvimento dos educadores na busca de soluções que melhorem o ensino-aprendizagem constitui um aspecto fundamental nos processos de melhoria da qualidade. Se a escola não fizer esforço continuado de melhorar não atingirá os resultados desejados pela sociedade.

Tomando como referência os princípios de constituição da CPA a nível federal, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade e da sociedade civil organizada, propomos a seguinte composição. O presidente da CPA será designado pelo Diretor que será escolhido entre os Coordenadores Escolares, no caso de existir somente um coordenador este será obrigatoriamente o escolhido. A CPA será composta por sete (7) membros, formado pelos dois (2) Professores Coordenadores de Área (Linguagens e Códigos; Matemática e suas tecnologias), um (1) representante dos estudantes, um (1) representante dos Servidores administrativos e um (1) representante da sociedade (representante dos pais no conselho escolar).

Campos (2009) estudou os fatores institucionais associados à eficácia educacional dos cursos de graduação da UFC na opinião dos coordenadores. Concluiu que somente a Dimensão Física apresenta uma forte correlação com o conceito do curso na avaliação externa (ENADE) e uma correlação moderada com a nota dos concluintes. Segundo a autora, ao identificar os pontos fortes e fracos de cada uma das dimensões analisadas, poderemos corrigir nossas deficiências, contribuindo, principalmente, para a melhoria da eficácia dos cursos e que é o mais importante para a formação do profissional, e, para melhorar os conceitos finais de nossos cursos e de nossa universidade, junto aos sistemas de avaliação.

Nas escolas estaduais do Ceará, a função de Coordenador Escolar é, necessariamente, ocupada por um professor, membro do quadro efetivo de servidores ou não, com certificação e experiência comprovadas, além de aprovação em seleção pública para composição de banco de coordenadores com validade de quatro anos. O termo coordenação figura uma única vez na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996), entretanto no Estado do Ceará não

apresenta documento oficial com diretrizes que façam claras referências sobre as atribuições dos coordenadores escolares.

Sobreira Júnior e colaboradores (2016) estudaram o perfil do coordenador escolar da rede estadual de Fortaleza, mostrando que a grande maioria 93% destes coordenadores atua em dupla ou trio nas escolas; as três atividades mais frequentes em sua rotina diária são: manutenção da rotina e da disciplina na escola, mediação de conflitos e acompanhamento de programas e projetos desenvolvidos na escola. Os coordenadores destacaram também outras atividades cotidianas como o monitoramento da frequência de alunos e professores; atendimento às famílias; acompanhamento das avaliações internas-externas e a substituição de professores faltosos. Relataram que atuam como “psicólogos”, “assistentes sociais” e/ou “conselheiros tutelares” junto aos alunos, professores e, em alguns casos, também junto às famílias.

Fica claro à luz dos resultados deste trabalho que o coordenador escolar atua como um faz tudo e vive em um claro conflito profissional entre a sua atuação no campo administrativo e no pedagógico, devido a falta de uma legislação estadual específica, que norteie e descreva sua função na escola. Almeida, Placco e Souza (2011) analisam o papel formativo do coordenador escolar (ou profissional que exerce essa função) com base nas atribuições que lhe são conferidas pela legislação local dos Estados do Acre, Rio Grande do Norte, Goiás, São Paulo e Paraná. Relatam que ao analisar a legislação que rege a função do coordenador escolar em cinco estados brasileiros, foram encontradas 225 atribuições diferentes para o mesmo profissional. Atribuições diversas estas que, ainda, são frequentemente ameaçadas por outras “necessidades” do cotidiano escolar.

Neste sentido, acreditamos a as atribuições do Coordenador Escolar deva ser regulamentado por legislação estadual própria e que entre suas funções seja destacada a condução dos processos de avaliação do ensino-aprendizagem internos da escola e presidência da CPA.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No âmbito educacional, no que se refere à ampliação do acompanhamento das ações governamentais e à promoção da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à população escolar e seu gerenciamento, segundo Afonso (2000), vem através da implementação de sistemas de gestão tomando cada vez mais espaço nas diversas unidades e sistemas de ensino no contexto brasileiro, visando uma excelência em avaliação e resultados.

Os dados e os indicadores das mais diversas dimensões inerentes ao trabalho desenvolvido nas escolas podem ser registradas e produzidas através de sistemas de informação destinados ao suporte da gestão escolar. Assim, a gestão dessas informações possibilita uma ampla compreensão

do contexto escolar e, conseqüentemente, um direcionamento assertivo das atuações dos atores escolares.

Perrenoud (1999) destaca que a utilização dos sistemas de informação nas escolas possibilita uma gestão escolar participativa e democrática que também seja pautada na organização administrativa e nos objetivos educacionais. Dessa forma, o autor, toma a avaliação como uma ação escola-currículo-professor, envolvendo essa tríade numa ação reflexiva e tendo o aluno, como parte principal desse processo. Valorizando, dessa forma, a avaliação ensino-aprendizagem como uma ação contínua.

A efetivação da gestão, gerência e qualidade da educação no interior da escola, é traduzida também nas formas de avaliação internas e externas da escola, ENEM, IDEB e de outras avaliações estaduais e municipais. Oliveira e Vasques-Menezes (2018) defendem que a avaliação pode tanto contribuir para a formação de um modelo de escola mais eficaz, igualando as escolas em termos de parâmetros de avaliação, quanto pode ter um efeito segregador das escolas, em função dos resultados da avaliação virem a se tornar uma forma competitiva, transformando-se em rankings de escolas. Discute-se nos estudos analisados o sucesso da escola e as formas de gestão escolar. As políticas públicas voltadas para a avaliação e sua influência sobre a gerência ou ingerência na escola, que determina ou não as estratégias de administração escolar.

Levando em consideração a complexidade inerente ao trabalho desenvolvido pelas instituições de ensino em uma sociedade, a utilização consciente e produtiva de sistemas de gestão passa a ser cada vez mais imprescindível para uma boa atuação dos gestores escolares, corpo docente e para a garantia dos bons resultados de aprendizagem. Para estar em consonância com as verdadeiras demandas educacionais da comunidade escolar, o trabalho dos gestores precisa estar pautado em uma ampla compreensão do contexto no qual a comunidade está escolar.

Justificando e enfatizando a importância do sistema de gestão, Silva (2016) aponta que em redes de ensino públicas e complexas, o desenvolvimento de uma gestão eficaz requer o acesso a um fluxo constante de informações. De acordo com autor, esse fluxo possibilita a realização de alinhamentos e intervenções assertivas necessárias para o sucesso das políticas educacionais e do trabalho desenvolvido por gestores e professores. Ainda segundo este autor, a não implementação de sistemas de gestão ou a desatualização destes são responsáveis pela produção tardia de dados e indicadores educacionais. Acreditamos que esse fenômeno representa um significativo entrave ao desenvolvimento de uma prática reflexiva da comunidade escolar e de uma gestão mais eficaz e eficiente.

Assim, na rede estadual de ensino do Ceará, o fluxo de informações possibilitado pelo SIGE e o acompanhamento do processo de produção dessas informações têm sido caracterizados como

importantes orientadores da atuação dos gestores escolares e dirigentes educacionais. A partir das informações educacionais e dos indicadores fornecidos por esses sistemas, segundo a reflexão de Macedo (2005), observamos que existe uma considerável fonte de recursos para embasar essa atuação, implementar inovações, corrigir rotas, aprimorar a prática docente e desenvolver um processo de ensino e aprendizagem mais significativos para os alunos e para a comunidade. Dessa forma, os gestores do sistema estadual de ensino cearense podem se apropriar dessas ferramentas e melhorar o desempenho acadêmico de sua escola, porém, apesar de todos os esforços ainda não temos uma eficiência de 100% em cada unidade escolar.

Utilizando a forma como o SIGE apresenta as informações e os indicadores acabam por promover uma busca, principalmente por parte dos gestores escolares, pela apropriação e pela utilização efetiva dos recursos tecnológicos fornecidos, atrelaríamos a estes dados uma CPA em cada unidade escolar, como forma de uma ação e ferramenta para gerenciar a utilização e acompanhamento ensino-aprendizagem dessas avaliações.

Sugerimos a implementação de uma Comissão Própria de Avaliação, seguindo alguns aspectos da lei do SINAES, para promover em cada escola a avaliação do desempenho dos estudantes, assegurado o caráter público dos processos avaliativos, o respeito à identidade e à diversidade, e a garantia de participação de todos os segmentos envolvidos (corpo docente, discente e técnico-administrativo e também representantes da sociedade civil).

A criação de um sistema, combinando regulação e avaliação educativa, em suas dimensões interna e externa, deve ser de responsabilidade compartilhada do Estado e das instituições, mas interessa também e sobretudo à população, que tem os direitos de contar com um sistema educativo que cumpra com os principais anseios e necessidades mais gerais da sociedade, e de saber como as instituições estão realizando seus mandatos sociais relativos ao avanço do conhecimento e à formação de cidadãos que também sejam bons profissionais.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação Educacional: Regulação e Emancipação**. 2<sup>o</sup>ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. S.; SOUZA, V. L. T. **O Coordenador pedagógico e a formação de professores: intenções, tensões e contradições**. Relatório. 47p. São Paulo. 2011 (<http://www.fvc.org.br/pdf/quadros-atribuicoes-regiao-coordenador-pedagogico.pdf>).

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAMPOS, A. S. **Fatores Institucionais Associados à Eficácia Educacional dos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC): A Opinião dos Coordenadores.** Dissertação de Mestrado – UFC.126 p. 2009.

CEARÁ. **Secretaria da Educação Básica Manual do Secretário escolar / Secretaria da Educação Básica do Ceará – Fortaleza: SEDUC, 2005. 104p.**

DUSI, C. S. C. O. **Os efeitos da gestão para resultados na educação: uma análise das políticas públicas educacionais de sete estados brasileiros.** Tese Doutorado-PUC. Rio de Janeiro. 274 p. 2017.

FRANCO, C. O. Saeb - Sistema de Avaliação da Educação Básica: potencialidades, problemas e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, n.17, p.127-1.333, maio/ago. 2001.

FREITAS, D. N. T. Avaliação da educação básica e ação normativa federal. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 663-689, set./dez. 2004

GREMAUD, A. P.; FELÍCIO, F.; BIONDI, R. L. **Indicador de efeito escola: uma metodologia para a identificação dos sucessos escolares a partir dos dados da Prova Brasil.** – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

LACRUZ, A. J.; AMÉRICO, B. L.; CARNIEL, F. Indicadores de qualidade na educação: análise discriminante dos desempenhos na Prova Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24. 2019.

MACEDO, L. **Ensaio pedagógico: Como construir uma escola para todos?** ArtMed. Porto Alegre. 2005.

MAGALHÃES JÚNIOR, A. G.; FARIAS, M.A. SPAECE: Uma história em sintonia com avaliação educacional do Governo Federal. **Revista Humanidades**, Fortaleza, v. 31, n. 2, p. 525-547, jul./dez. 2016

MEDEIROS, E.; LIRA, J.; SILVA, R.; AZEVEDO, C. **Visualizing Large-Scale Assessments in Mathematics through Dimensionality Reduction.** arXiv.org, Mar 17, 2020.

MESQUITA, S. Resultados do IDEB no cotidiano escolar. **Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 76, p. 587-606, jul./set. 2012.

OLIVEIRA, I. C.; VASQUES-MENEZES, I. Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 169, p. 876-900, jul.-set. 2018.

PERRENOUD, P. Avaliação: Da Excelência à Regulação das Aprendizagens. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

SANTOS, F. D. G.; CIASCA, M. I. F. L.; MENEZES, L. A.; CARVALHO, D. A. B. SPAECE: Perspectiva de acompanhamento da aprendizagem dos alunos cearenses através de seus resultados. **Revista Ensino Interdisciplinar**, v. 1, nº 1. 2015.

SILVA, T. L. **Possibilidades de uso do Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas na gestão das escolas**. 2016. Dissertação Mestrado – UFJF. 137 p. 2016.

SOARES, E. A.; WERLE, F. O. C. Sistema de avaliação da educação básica do Ceará: a importância do foco na aprendizagem. **Revista Exitus Santarém**, PA Vol. 6 Nº 2 p. 159 – 179. Jul./Dez. 2016.

SOBREIRA JÚNIOR, O. V.; LIMA, V. C. P.; AIRES, R.; CAVALCANTE, F. H. B. **O perfil do coordenador escolar das escolas da rede estadual de Fortaleza**. Anais do III Congresso Nacional de Educação. Natal. 2016.

SOUZA, A. R. de. **Perfil da Gestão Escolar no Brasil**. PUC/SP, 302 p. Tese de Doutorado em Educação (Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, 2006.

VIANNA, H.M. Fundamentos de um Programa de Avaliação Educacional. **Revista Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.11-27, jan./abr. 2009

VIEIRA, S. L. Gestão, avaliação e sucesso escolar: recortes da trajetória cearense. **Estudos Avaliativos** [online], v. 21, n. 60, p. 45-60, 2007.